

Senado: transparência, economia e mais eficiência

Redução de **32%**
nos contratos de vigilância
e de ascensoristas.

Economia de
R\$ 13,3 milhões

em 2013-2014

SENADO FEDERAL

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.840 — Brasília, segunda-feira, 1º de abril de 2013



Plenário discute divisão do FPE e auxílio a atingidos pela seca

Rafael Carvalho/Agência Senado



Plenário avaliará temas polêmicos nesta semana, como a repartição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados

Regras de distribuição de recursos para estados, criação de tribunais federais e ajuda para regiões que sofrem com a estiagem devem dominar debates nesta semana

O primeiro item a ser discutido é o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 3/2013, que libera recursos para agricultores atingidos pela seca. Oriundo da Medida Provisória 587/2012, o PLV tranca a pauta do Senado. Substitutivo de Walter Pinheiro a oito projetos de lei com novas regras para o Fundo de Participação dos

Estados também deve ser debatido pelos senadores. O prazo para aprovação se encerra no final de maio.

Propostas de emenda à Constituição que criam tribunais regionais federais em Manaus, Fortaleza e Curitiba também estão na pauta. Alguns senadores consideram que a criação só poderia acontecer por iniciativa do Judiciário. **8**

Projeto cria 1.416 vagas no Executivo para substituir terceirizados **3**

Comissão aprova marcação de remédios para evitar desvio **4**



Presidente da CI, senador Collor (C) media debate com os pesquisadores Sergio Bajay (E) e Joaquim Carvalho (D)

Márcio Kallume/Agência Senado

Construção de hidrelétricas a fio d'água é questionada

Em debate na Comissão de Infraestrutura, analistas e senadores avaliaram que, ao construir hidrelétricas sem grandes reservatórios, país terá de encontrar opções que complementem a produção de energia. **5**

Ferraço relata visita a brasileiros presos na Bolívia **2**

Adriano Kalkazu/Agência Senado



Senador Ferraz (2º à dir.) visitou os 12 torcedores presos no país vizinho e disse que eles estão sendo usados como barganha política pelo governo boliviano

Novos direitos das domésticas serão promulgados amanhã **6**

Estatuto da Juventude deve ser votado quarta-feira **7**

Ferraço: presos na Bolívia são usados para “barganha”

Senador visitou os torcedores presos em Oruro e disse acreditar que eles estão mantidos “reféns” em virtude de a embaixada do Brasil ter concedido asilo político a Róger Molina, opositor de Evo Morales

DEPOIS DE VISITAR os 12 torcedores do Corinthians presos em Oruro, na Bolívia, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse acreditar que os brasileiros são inocentes e “estão mantidos como reféns do sistema judiciário boliviano”.

Eles estão presos desde a morte de Kevin Espada, de 14 anos, torcedor do time boliviano San José, atingido por um sinalizador disparado da torcida brasileira durante jogo naquele país, em 20 de fevereiro. Na opinião do senador, os torcedores “estão sendo objeto de barganha política” por parte do governo da Bolívia, em virtude de a embaixada do Brasil naquele país ter concedido asilo político, há quase um ano, ao senador Róger Pinto Molina, líder da oposição ao governo do presidente Evo Morales.

Ferraço visitou os torcedores acompanhado do subsecretário-geral do Itamaraty pelas Comunidades Brasileiras no Exterior, Sérgio Danese.

— Contando com a importante assessoria do chefe interino da embaixada do Brasil em La Paz, ministro Eduardo



Para Ricardo Ferraço (C), presidente da CRE, os 12 brasileiros são inocentes

Saboia, e o imprescindível apoio do deputado boliviano Franz Choque, visitamos o Presídio de San Pedro — relatou Ferraço, que é presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE).

O senador também afirmou que os brasileiros estão com a integridade física ameaçada por dividirem espaço com diversos criminosos no presídio, que está superlotado. Diante dessas circunstâncias, Ferraço pede ação imediata dos ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e das Relações Exteriores, Antonio Patriota.

O senador teme pela vida dos brasileiros, cuja prisão preventiva pode durar até seis meses, segundo as leis da Bolívia.

Ferraço também contou ter dialogado com Molina, que teve negado pelo governo Evo Morales um salvo-conduto para sair da embaixada do Brasil e deixar o país.

— Foi acertada e corajosa a decisão do governo brasileiro de conceder asilo político ao parlamentar, que corria real risco de morte. Pude constatar que todas as supostas acusações feitas contra Molina são infundadas — declarou.

Patriota esclarece atuação do Itamaraty

Na quinta-feira, em audiência, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) ouvirá do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, os planos do Itamaraty para 2013. O objetivo, segundo o presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), é ajudar a traçar o que o país quer das suas relações com o mundo.

A audiência inaugura nova prática do CRE, que passará a

ouvir os ministros das Relações Exteriores e da Defesa no início de cada período legislativo, para que apresentem o balanço das pastas. Ainda em abril, a CRE receberá o ministro da Defesa, Celso Amorim.

O comparecimento de Patriota poderá esclarecer a posição do Brasil em relação à suspensão do Paraguai do Mercosul e da Unasul. O processo de impeachment do

então presidente Fernando Lugo, em junho de 2012, foi interpretado pelos governos de outros países-membros dos blocos como rompimento da ordem democrática.

Em reunião extraordinária, amanhã, a CRE apreciará a indicação dos diplomatas Edson Marinho Duarte Monteiro e Valter Pely Moreira para serem embaixadores na Armênia e na Hungria, respectivamente.

Comissão ouve amanhã o presidente do Banco Central

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizará amanhã, às 10h, audiência com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, sobre diretrizes e perspectivas da política monetária. O comparecimento do presidente do BC ao Senado em fevereiro, abril, julho e outubro está previsto no Regimento Interno.

No dia 26, a CAE debateu a possibilidade de ampliação das audiências públicas com autoridades para discutir a conjuntura econômica. Por sugestão de José Pimentel (PT-CE), Armando Monteiro (PTB-PE) e Cristovam Buarque (PT-DF), poderão comparecer rotineiramente os secretários da Receita Federal, do Tesouro Nacional e de Política Econômica do Ministério da Fazenda. A comissão aprovou também a realização de audiências com os presidentes da Petrobras, Graça Foster; do BNDES, Luciano Coutinho; e da Vale, Murilo Ferreira. O objetivo é debater as políticas de investimento dessas empresas.

Ana Rita registra visita de ministras ao Espírito Santo

Ana Rita (PT-ES) comentou a visita das ministras do Planejamento, Miriam Belchior, e dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, ao Espírito Santo, para anunciar parcerias e investimentos nas áreas de transporte, energia, logística, drenagem, mobilidade e habitação.

Segundo a senadora, Miriam Belchior anunciou novos aportes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no estado e instalou uma coordenação regional do programa. Entre os projetos e ações que serão beneficiados com os recursos, estão serviços de macrodrenagem em Vila Velha e Cariacica.

Maria do Rosário, acrescentou Ana Rita, foi ao estado devido à parceria da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República com as Comissões da Verdade e de Combate ao Trabalho Escravo do Espírito Santo.



Pedro França/Agência Senado

Ministro debate planos para Ciência e Tecnologia

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, deve debater com os senadores, amanhã, às 9h, a agenda e as prioridades da pasta em 2013 e 2014. Ele foi convidado para a discussão pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O tema principal da audiência é a apresentação de dados relacionados à execução da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e os seus programas.

O autor do requerimento para o debate é o senador Zeze Perrella (PDT-MG), presidente da CCT.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h A sessão plenária é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

CI Presidente da Cesp

18h Audiência pública sobre energia e desenvolvimento com a participação do presidente da Companhia Energética de São Paulo, Mauro Arce.

TERÇA

CCT Ministro Marco Antonio Raupp

9h Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, participa de audiência pública sobre a agenda de prioridades e ações da pasta.

CRE Armênia e Hungria

9h30 Comissão examina a indicação de Edson Marinho Duarte Monteiro para a embaixada na Armênia e de Valter Pely Moreira para a Hungria.

CONSTITUIÇÃO Comissão mista

10h Instalação da comissão mista destinada a consolidar a legislação e a regulamentar dispositivos da Constituição.

CAE Alexandre Tombini

10h O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, fala sobre diretrizes da política monetária.

CE Orientação vocacional

11h Na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, projeto que inclui a orientação vocacional como diretriz curricular no ensino médio.

CMMC Plano de trabalho

11h Deputado Sarney Filho (PV-MA) apresenta plano de trabalho à Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas.

CMA Custos de equipamento

11h30 Comissão analisa projeto que atribui às concessionárias os custos de instalação de equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado.

CONGRESSO PEC das Domésticas

18h Reunião do Congresso Nacional para promulgação da PEC das Domésticas, no Plenário do Senado.

ICMS Secretários de Fazenda

16h Debate com os secretários do Ceará, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Amazonas.

QUARTA

CI Indicação para a ANP

7h30 Comissão analisa indicação de José Gutman para a ANP e projeto que trata de táxi adaptado para deficientes.

CDR Mercado do milho

9h Comissão promove debate com o secretário de Agricultura da Bahia, Eduardo Salles, sobre o mercado do milho.

CAS Juventude

9h Comissão deve votar o projeto do Estatuto da Juventude.

CCJ Salário de servidores

10h Analisa indicação para o CNJ e projeto que torna obrigatória a divulgação de salário de servidores públicos.

LEI DE ARBITRAGEM Juristas

10h Instalação da comissão de juristas que vai elaborar o anteprojeto da Lei de Arbitragem e Mediação.

ROYALTIES Aloizio Mercadante

14h30 O ministro da Educação participa de audiência na comissão da MP que destina os royalties para a educação.

ICMS Ministério da Fazenda

14h30 Comissão mista debate MP do ICMS com Nelson Barbosa, secretário-executivo do Ministério da Fazenda.

QUINTA

CRA Cadeia produtiva do leite

8h30 Debate sobre alternativas para fortalecer setor leiteiro com o secretário de Política Agrícola, Neri Geller.

CRE Itamaraty

9h30 O chanceler Antonio Patriota fala à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre atuação do Itamaraty.

SEGURANÇA PÚBLICA Eleição de Mesa

10h Eleição do presidente e vice da Subcomissão de Segurança Pública.

REGIMENTO COMUM Claudia Lyra

10h Comissão mista promove audiência pública com a secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra.

CCJ Terrenos de marinha

14h Propostas de emenda à Constituição que tratam de terrenos de marinha serão debatidas em audiência pública.

FGTS Reunião de trabalho

16h Reunião de trabalho da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aprovados novos cargos efetivos para o Executivo

Criação de 1.416 vagas a serem preenchidas por concurso público cumpre compromisso do governo com o Ministério Público para substituir mão de obra terceirizada por profissionais de carreira

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou por unanimidade, na quarta-feira, a criação de 1.416 vagas em cargos públicos federais de provimento efetivo, a serem preenchidas por concurso público. O projeto deverá ser votado pelo Plenário em regime de urgência nesta semana.

A iniciativa partiu do Poder Executivo e atende compromisso firmado com o Ministério Público do Trabalho, que determinou a dispensa de mão de obra terceirizada e a contratação de profissionais de carreira para substituí-la.

As novas vagas estão previstas em projeto de lei da Câmara (PLC 123/2012). Estão sendo criadas 400 vagas no cargo de técnico administrativo da carreira de especialista em meio ambiente, para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos



Criação de cargos aprovada pela CCJ na quarta ainda será votada pelo Plenário

Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) deverá contar com mais 83 vagas para o cargo de analista técnico administrativo, enquanto o quadro de pessoal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) terá mais 93 vagas na função de técnico administrativo.

Foram destinadas 260 vagas

para o cargo de agente administrativo ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal e 330 para o cargo de analista de comércio exterior, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A proposta também ampliou o número de postos em dois cargos da área de infraestrutura: o de especialista em infraestrutura sênior (100 vagas) e o de analista de infraestrutura (150 vagas).

Criação de cargos de controle interno no SUS teve questionamentos

Após registrar voto favorável à proposta, o senador Pedro Taques (PDT-MT) disse ter dúvidas sobre a constitucionalidade das mudanças introduzidas pelo relator na Câmara relativas à criação de 1.200 vagas no cargo de analista de controle interno do SUS, cujos ocupantes deverão exercer as atividades junto ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus).

Gim (PTB-DF), relator da proposta, considera que a inovação promovida não fere competência privativa do Executivo nem constitui aumento de despesas orçamentárias por meio de iniciativa parlamentar.

Aeronáutica terá 100 novas vagas de controlador de tráfego aéreo

A CCJ aprovou em decisão terminativa projeto que cria cem cargos efetivos de controlador de tráfego aéreo no quadro de pessoal do Comando da Aeronáutica. Como não houve alteração no texto enviado pela Câmara dos Deputados, a matéria (PLC 15/2011) deverá seguir para sanção, se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

Para o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), o crescimento

acelerado na movimentação de passageiros motivou a apresentação da proposta pelo Executivo. O aumento no número de voos começou a pressionar o serviço de controle de tráfego aéreo, sem condições de atender a demanda da população com a necessária segurança.

“Julgamos plena de mérito a iniciativa de dotar o setor aéreo brasileiro de maior quantidade de cargos na sensível área de controle de tráfego”, disse.



Aumento do efetivo de controladores acompanhou crescimento do tráfego aéreo

Para Alvaro, governo incha a máquina pública

O aumento de despesas com a contratação de pessoal pelo Executivo foi criticado por Alvaro Dias (PSDB-PR). O senador afirmou que o governo, em vez de realizar uma reforma administrativa para enxugar a máquina pública, faz uma reforma às avessas, inchando-a cada vez.

Segundo Alvaro, o Orçamento para este ano prevê um acréscimo de R\$ 5,1 bilhões na folha de pagamento

do governo federal, com a contratação de mais 61,7 mil novos servidores para os três Poderes, sendo 49,3 mil para o Executivo. O senador disse que, com



Pedro Franco/Agência Senado

esse acréscimo, a folha de pessoal da União chegará a R\$ 225,9 bilhões em 2013, ano que antecede a eleição presidencial.

— Com o aumento das despesas, o governo acaba por elevar a carga tributária — lamentou.

Cassol pede que União pague encargos sociais

Ivo Cassol fez um apelo ao governo federal para que se responsabilize pelos encargos sociais resultantes da aprovação, na terça-feira, do projeto que permite a transposição de servidores do ex-território federal de Rondônia aos quadros da União (Projeto de Lei da Câmara 2/2013).

De acordo com o senador, até o momento não há uma interpretação clara sobre qual ente federativo — União

ou o estado de Rondônia — ficará responsável por arcar com os custos do pagamento dos encargos sociais decorrentes da transposição dos servidores.

Em aparte, Valdir Raupp (PMDB-RO) informou que o Ministério do Planejamento assegurou em nota técnica que as despesas relativas ao pagamento dos encargos sociais ficarão sob responsabilidade da União.



Pedro Franco/Agência Senado

Avança proposta sobre manual de conduta para agentes públicos federais

Quem ocupa cargo ou emprego público federal deve respeitar regras para resguardar informação privilegiada e impedir conflito de interesses. Esses limites estão em projeto de lei da Câmara (PLC 26/2012) aprovado quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A pedido de Pedro Simon (PMDB-RS), a proposta deverá ser votada pelo Plenário em regime de urgência.

Ministros e dirigentes de autarquias são alguns dos alcançados pela proposta. Todos terão de responder por desvios na Comissão de Ética Pública (CEP). Ocupantes de cargos DAS (direção e assessoramento superiores) 4 e de níveis inferiores continuarão a prestar contas na Controladoria-Geral da União (CGU).

Para quem deixou a função, a proposta relaciona proibições que devem ser observadas no prazo de seis meses após o desligamento do cargo público federal e exime o Poder Executivo da obrigação de compensação financeira nesse período. Desvio de conduta independerá de lesão aos cofres públicos ou de recebimento de vantagem financeira. Altos dirigentes do governo ficarão obrigados a divulgar a própria agenda diária na internet.

O relator na CCJ, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), havia apresentado emendas, mas acabou retirando-as por

considerar importante uma aprovação rápida. Ele rejeitou emenda de Lúcia Vânia (PSDB-GO), que pretendia ampliar de 6 para 12 meses a quarentena para dirigentes de agências reguladoras.

Apesar de reconhecer a importância da proposta, Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que a expectativa pela aprovação não deve se repetir em relação à aplicação das normas.

— Em muitas ocasiões, é ver cabrito cuidando da horta. A complacência prevalece.

Roberto Requião (PMDB-PR) também se mostrou cético sobre a eficiência da quarentena. Simon disse que um governo sério não precisaria de lei para enquadrar a conduta dos agentes. Ainda assim, ambos votaram a favor da proposta, da mesma forma que Pedro Taques (PDT-MT), José Pimentel (PT-CE) e Sérgio Souza (PMDB-PR).



Relator, Aloysio Nunes rejeitou emendas para agilizar aprovação

Adiada votação de PEC que obriga divulgação de salários

Foi adiada, por pedido de vista coletiva, votação de proposta que obriga a divulgação da remuneração de servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive das empresas públicas e sociedades de economia mista. A proposição (PEC 3/2012) é de Roberto Requião (PMDB-PR).

Emenda do relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), estende a exigência às autarquias e fundações públicas. Embora favorável à medida, Humberto Costa (PT-PE) disse

que a divulgação dos ganhos de dirigentes de entidades públicas que competem no mercado com empresas privadas pode trazer prejuízos às operações. Eduardo Suplicy (PT-SP) discordou.

— Algumas empresas privadas já têm por norma revelar a remuneração de seus funcionários — afirmou.

Para Ataídes Oliveira (PSDB-TO), deve haver publicidade dos vencimentos de qualquer pessoa “que põe a mão em dinheiro público”.

Marcação de remédios do SUS evitará desvios

Projeto aprovado altera Lei de Licitações e pretende criar barreiras para o desvio e a venda criminosa de medicamentos adquiridos pela rede pública de saúde

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) confirmou na quarta-feira, em turno suplementar, projeto de lei determinando o uso de marcação para identificar os medicamentos e outros produtos adquiridos pelo governo para uso pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Apresentada pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a proposta (PLS 55/2012) pretende criar obstáculos ao desvio e à venda irregular dos produtos.

Houve necessidade de segunda votação porque, no lugar do texto original, foi aprovado um substitutivo, proposto pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator da matéria. De acordo com a proposta de Jucá, a forma de identificação dos medicamentos, materiais e equipamentos médicos-hospitalares será



Identificação obrigatória de medicamentos e outros insumos adquiridos pelo SUS foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, presidida por Waldemir Moka (D)

definida em regulamento a ser criado pelo órgão do governo competente para esse fim. Já o texto original obrigava a impressão nas embalagens da advertência "Venda proibida. Produto de uso exclusivo do setor público".

Apesar de já haver regulamentação do SUS sobre o assunto, a autora considera importante que a determinação esteja prevista em lei. Vanessa elogiou o relator pelos aprimoramentos sugeridos ao projeto, inclusive a previsão

para que a obrigatoriedade da identificação dos medicamentos e produtos passe a constar da Lei de Licitações (Lei 8.666/1993), em relação às compras destinadas ao SUS. O texto original previa que a determinação fosse

incluída na Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990).

A proposta tramitou em caráter terminativo na CAS e deverá seguir para exame na Câmara dos Deputados, a não ser que haja recurso para votação em Plenário.

Comissão vota na quarta MP que amplia financiamentos pelo BNDES

Deve ser votado nesta quarta-feira o relatório da comissão mista que examina a Medida Provisória (MP) 594/2012, que amplia em R\$ 85 bilhões o limite de financiamento do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), operado pelo BNDES. Hoje o limite é de R\$ 227 bilhões.

Os financiamentos são para as áreas de aquisição, produção e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados; de capital de giro associado;

de produção de bens de consumo para exportação; de energia elétrica e de projetos de engenharia. Também podem ser beneficiados a

área de inovação tecnológica e os projetos destinados a instalar capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de

conhecimento e engenharia.

O texto também autoriza o BNDES a adquirir carteiras de operações de outras instituições financeiras que operem linhas de crédito nas mesmas condições estabelecidas pelo PSI. E inclui entre as operações que podem ser subvencionadas aquelas decorrentes de arrendamento mercantil (leasing).

Outra alteração proposta é a inclusão dos custos relacionados aos encargos dos fundos garantidores no valor do financiamento. A contratação da garantia, apesar de

reduzir o risco de crédito das operações de financiamento de empresas menores, acaba gerando um ônus para essas empresas, que muitas vezes não têm como arcar com ele antecipadamente. As beneficiadas devem ser principalmente as micros, pequenas e médias empresas, além dos microempreendedores individuais e os transportadores rodoviários de carga.

A MP tem como relator o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) e como relator-revisor o senador Romero Jucá (PMDB-RR).



Pela MP, governo quer modernização e maior competitividade da indústria

Sodré Santoro protesta contra "ditadura fiscalista" do Coaf



Sodré Santoro (PTB-RR) manifestou indignação com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) por exigir o fichamento de pessoas envolvidas em compra e venda de itens "de luxo" — bens de valor superior a R\$ 10 mil. Para ele, esse ato de "ditadura fiscalista" viola direitos e invade a competência do Legislativo.

— Qualquer carro usado com mais de dez anos de uso pode ter este valor — criticou.

Ele citou tributaristas para demonstrar o caráter inconstitucional das medidas e pediu ao Coaf que "recupere o bom senso".

Armando Monteiro alerta para ameaças ao Simples Nacional



Armando Monteiro (PTB-PE) afirmou que as disfunções do sistema tributário ameaçam as conquistas do Simples Nacional, especialmente devido ao uso abusivo da substituição tributária do ICMS.

— A antecipação e a substituição do recolhimento dos impostos só desfavorecem a expansão dos pequenos negócios, pois reduz o capital de giro, atinge os empregos, inibe investimentos, além de incentivar a informalidade — disse.

Para ele, o instrumento deve ser restrito a setores com alta concentração de fabricantes ou distribuidores.

Randolfe critica privatizações previstas pelo governo federal



Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que as medidas de privatização do governo federal pedem uma reflexão.

— Dilma foi eleita com uma forte crítica ao modelo de privatização da década de 90 — lembrou.

O senador ressaltou que o programa do governo prevê a privatização de portos, aeroportos, rodovias e usinas de energia, atingindo o total de R\$ 235 bilhões em concessões para investidores externos.

Ele ainda criticou o fato de o BNDES oferecer crédito para investidores estrangeiros e não mostrar a mesma facilidade com empresas brasileiras.

Nascimento: portos precisam de melhor infraestrutura



Alfredo Nascimento (PR-AM) destacou a importância da medida provisória que altera as regras de exploração dos portos. Ele

disse que a última mudança relevante foi há 20 anos e que o sistema portuário brasileiro "carece de adequações e outras benfeitorias para se tornar eficiente". Para o senador, a MP dos Portos (MP 595/2012) aumentará a competitividade do país no setor. Nascimento afirmou que os portos brasileiros ainda são muito caros e não suportam a demanda. No entanto, reconheceu que o modelo atual permitiu um forte crescimento nos últimos anos.

Flexa comemora ferrovia ligando Pará e Maranhão

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) salientou a importância da licitação, anunciada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), da ferrovia que ligará Açailândia (MA) ao Porto de Vila do Conde, em Barcarena (PA). Ele lamentou que a obra, com início no segundo semestre, tenha previsão de durar quatro anos.

— Na China, uma ferrovia de 480 quilômetros é construída em um ano — disse.

Ao ressaltar que não basta "ligar os dois pontos", mas atender o planejamento estratégico de desenvolvimento do Pará, o senador mencionou a necessidade de implantação de três estações intermediárias atendendo os municípios da região.

Em audiência na Comissão de Infraestrutura, especialistas apontaram questões ambientais influenciando escolha por usinas sem reservatório, que exigem complementação

Senadores questionam opção energética

O INVESTIMENTO EM fontes renováveis de energia e a tendência de construção de usinas hidrelétricas a fio d'água em vez de usinas com reservatórios foram os principais assuntos levantados pelos senadores no debate de quarta-feira na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado. A discussão fez parte da audiência pública sobre energia e desenvolvimento do Brasil, que teve pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade de São Paulo (USP).

Além dos senadores, os cidadãos também puderam participar por meio do Alô Senado. Eles fizeram perguntas sobre vários temas que foram lidas pelo presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), e respondidas pelos professores.

Sem reservatório

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) questionou o motivo que levou à decisão de parar a construção



Bajay (E), da Unicamp, e Carvalho (D), da USP, debatem alternativas do sistema energético com Collor, presidente da CI

de hidrelétricas com reservatórios no Brasil e à substituição pelas usinas a fio d'água. As hidrelétricas a fio d'água são aquelas que não dispõem de reservatório de água ou o têm em dimensões menores. É o caso da construção da Usina de Belo Monte, no Pará. Na opinião de Flexa, essa decisão é incorreta e o Brasil estaria jogando energia fora.

— Foi mostrado aqui pelos professores que o grande

problema da energia é guardá-la. A única forma de gerar energia com reserva é por meio de reservatórios, em que se pode equilibrar períodos de seca e períodos de enchentes. Sem isso, vamos ter de compensar com energias que não temos como reservar, que é o caso da eólica: você tem que gerar e consumir, senão vai se perder — afirmou o senador.

De acordo com Sergio Bajay, professor do Departamento

de Energia da Unicamp, a partir do momento em que o Brasil deixa de construir reservatórios, o problema da complementação técnica passa a ser uma necessidade. Para Bajay, ou o país volta a construir usinas hidrelétricas com reservatório ou deve usar as termelétricas como backup. O professor defende que o governo estabeleça uma política de priorização de locais onde a construção

de reservatórios tenha menor impacto ambiental e social.

O professor disse desconhecer se existe uma decisão oficial de que o país não construa mais usinas hidrelétricas com reservatórios. Para ele, seriam decisões pessoais de alguns dirigentes do setor elétrico para facilitar o licenciamento ambiental diante da forte pressão dos movimentos ambientalistas. Para Bajay, os reservatórios poderiam ter uso múltiplo, diminuindo, dessa forma, o impacto ambiental e social.

— Se no Brasil a gente tivesse priorizado, ao longo do tempo, que um determinado reservatório, além de servir para armazenar água e, indiretamente, energia elétrica, também fomentasse projetos de irrigação, navegação, controle de cheias e piscicultura, a oposição local a essas obras seria muito menor, pois os principais beneficiários seriam as populações ribeirinhas — afirmou.



Pedro França/Agência Senado

Inácio diz que energia eólica pode ter rendimento superior à elétrica



Pedro França/Agência Senado

Flexa cita emendas que apresentou a medida provisória do setor elétrico

Cada cidadão pode ter microgerador em casa

Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu que o Brasil invista em tecnologia para a produção de fontes renováveis de energia, como a eólica, pelo vento, e a fotovoltaica, pelo sol. Para ele, os empresários brasileiros devem sentir segurança na capacidade de o país produzir energia boa e na existência de mercado para essa energia.

— Só na eólica, os debatedores destacaram o potencial igual ou até superior ao hidrelétrico — afirmou.

Flexa Ribeiro lembrou projetos em análise na Comissão de Meio Ambiente (CMA) para que cada cidadão seja microgerador de energia fotovoltaica em

sua residência. Inácio falou sobre duas emendas que fez à MP 605/2013, sobre o setor elétrico. O pesquisador da USP Joaquim Francisco de Carvalho disse que painéis solares foram instalados em casas na Alemanha em 2010.

— Quando os adultos estão no trabalho e as crianças estão na escola, eles fornecem energia para a rede e usam essa energia à noite. Isso já é uma realidade. Estive lá e fui a uma grande empresa de painéis fotovoltaicos que tem muito interesse em investir no Brasil. São painéis flexíveis e translúcidos, você pode colocar na janela, eles geram energia e permitem a passagem da luz — explicou.

Sistema misto atende aumento de demanda

O crescimento da demanda por energia elétrica no Brasil pode ser suprido por um sistema interligado que combine usinas hidrelétricas com parques eólicos, complementado por termelétricas a biomassa, na opinião do pesquisador Joaquim Francisco de Carvalho, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (USP).

Ele participou, na quarta-feira, do primeiro painel do ciclo de debates sobre energia e desenvolvimento do Brasil, promovido pela CI.

Carvalho avalia que, em 2050, quando a população

brasileira estiver em torno de 215 milhões de habitantes, um sistema hidroeólico interligado será suficiente para que a sociedade consuma eletricidade em níveis comparáveis a países desenvolvidos.

Para ele, seria possível elevar o atual consumo de eletricidade per capita no Brasil, em torno de 2.000 quilowatts/hora por habitante, ao ano, para níveis europeus, que é, em média, de 5.650 quilowatts/hora por habitante, ao ano.

A primeira preocupação dos pesquisadores é com medidas para reduzir os problemas decorrentes do modelo adotado nas novas hidrelétricas

em construção, conhecido como fio d'água, ou seja, sem a formação de grandes reservatórios.

Como alternativa, Carvalho defende o aproveitamento de 80% do potencial hídrico amazônico e sugere que permaneçam intocados os demais 20%, por motivos sociais e ambientais.

Se assim for feito, a soma das áreas ocupadas por reservatórios hidrelétricos na Amazônia seria inferior a 0,6% da área total da região, resultando em uma alteração ambiental que o pesquisador considera “perfeitamente assimilável pelos ecossistemas”.



Blog do Planalto

Interligação de usinas hidrelétricas e parques eólicos, como o de Barra dos Coqueiros (SE), foi sugerida por pesquisador

Collor: 17 mil lares alagoanos correm risco de ficar sem eletricidade

O presidente da CI, Fernando Collor, apontou problemas em Alagoas na execução do Programa Luz para Todos. Segundo o senador, mais de 17 mil lares estão ameaçados

de ficar sem eletricidade por problemas de comunicação entre a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a empresa responsável pela distribuição de energia no estado.

De acordo com resolução da Aneel, quando a cobertura de ligações à rede elétrica atinge 95%, o programa é encerrado no estado, informou o parlamentar. Atualmente,

disse Collor, a área rural coberta representa, segundo a Aneel, 96,06% da região. Já o Conselho Estadual de Política Energética alega que o índice de atendimento é de 91,68%.

Collor cobrou explicações da Aneel.

O senador manifestou ainda preocupação com os possíveis reflexos no Brasil da crise financeira do Chipre.

Direitos das domésticas entram em vigor amanhã

Jornada de trabalho de 44 horas semanais e pagamento de horas extras são algumas das conquistas da categoria que o Congresso vai promulgar

O CONGRESSO PROMULGA amanhã a emenda constitucional que garante aos empregados domésticos os direitos assegurados aos demais trabalhadores. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 66/2012 foi aprovada no Senado dia 26, com 66 votos a favor e nenhum contra.

As novas regras entram em vigor na data da publicação da emenda. Alguns dos direitos são imediatos, como a jornada definida, com limite de 8 horas diárias e 44 semanais, e as horas extras. Para outros direitos, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o texto aprovado pelo Congresso prevê a necessidade de regulamentação.

Atualmente, o trabalhador doméstico tem apenas parte dos direitos garantidos pela Constituição aos trabalhadores em geral. Alguns dos direitos já assegurados são salário mínimo, pagamento de 13º salário, repouso semanal remunerado, férias,



Trabalho doméstico, com promulgação da PEC, terá tratamento igual aos demais

licença-gestante, licença-paternidade, aviso-prévio e aposentadoria.

Entre os novos direitos, está o controle da jornada de trabalho — uma das mudanças mais relevantes na prática e, por isso, uma das mais polêmicas entre empregadores.

Valor 50% maior

Se antes da nova lei os empregados domésticos não tinham duração do trabalho definida, agora passam a ter direito a uma jornada de 44 horas semanais e não superior a 8 horas diárias. Além disso, passam a receber horas extras, que devem ser remuneradas com valor pelo menos 50% superior ao normal.

Outro direito garantido pela emenda constitucional é o FGTS, que deve gerar o maior aumento de custo para o empregador. O valor a ser recolhido mensalmente pelos patrões equivale a 8% do salário do empregado, que poderá receber o valor acumulado nas hipóteses previstas em lei, como demissão sem justa causa e outras situações.

No dia da votação, diversos senadores discursaram, comentando que a aprovação da PEC significava o fim de uma injustiça e a garantia de tratamento igualitário para os empregados domésticos. A sessão teve a presença de representantes da categoria e de várias autoridades.

Estatuto do Motorista será debatido em audiência de duas comissões

O Estatuto do Motorista (Lei 12.619/2012) será debatido em audiência pública das Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE). A participação da CI foi proposta por Delcídio do Amaral (PT-MS).

Em vigor desde junho de 2012, a lei estabelece jornada de oito horas para motorista, com a possibilidade de até duas horas extras, e intervalo de 30 minutos a cada quatro horas seguidas de direção. Prevê ainda intervalo de uma hora para refeição e repouso diário de 11 horas a cada 24 horas.

O desempenho das agências

reguladoras também será discutido em audiência na CI, conforme requerimento de Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Ele quer ouvir de autoridades e especialistas sugestões para modernizar a legislação. Sugere que sejam convidados o secretário-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Maurício de Albuquerque Wanderley, e o representante da Casa Civil, Luiz Alberto dos Santos.

Também é de Ferraço requerimento aprovado pela CI para realização de audiência sobre o planejamento rodoviário e as concessões de rodovias



Delcídio propôs a participação da Comissão de Infraestrutura no debate

federais à iniciativa privada.

Os integrantes da comissão aprovaram ainda requerimento de Armando Monteiro (PTB-PE) para realização de audiência pública sobre modelos, instrumentos e fontes de financiamento de projetos de infraestrutura na visão do setor público e da iniciativa privada.

Suplicy exalta direitos iguais para trabalhador doméstico

Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a importância da aprovação, na terça-feira, da proposta que igualou os trabalhadores domésticos



Pedro Franco/Agência Senado

aos demais. A PEC 66/2012 será promulgada amanhã.

Para ele, a maior discriminação sofrida pela categoria foi a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943,

da qual foi excluída taxativamente.

Suplicy citou as conquistas aprovadas em 1972, como carteira assinada e Previdência Social, e em 1988, como salário mínimo e 13º salário.

— A emenda significará um passo muito importante para que os direitos dos trabalhadores domésticos sejam mais respeitados.

Ana Amélia lembra os dois meses da tragédia em boate



Pedro Franco/Agência Senado

foram lembrados por Ana Amélia (PP-RS). A senadora registrou a instalação da comissão especial, presidida por ela, criada para levantar as leis de prevenção de tragédias.

Ana Amélia anunciou a realização de debate quinta-feira com o Secretário Nacional de Defesa Civil, Humberto Viana Filho, e representantes do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul, do Instituto Sprinkler Brasil, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e do Centro da Difusão Científica e Tecnológica em Segurança contra Incêndios.

Capiberibe aplaude unidade entre novos líderes do Amapá

João Capiberibe (PSB-AP) destacou o surgimento de três lideranças que terão o desafio de difundir a prática de valores republicanos no Amapá: o senador Randolfe Rodrigues (PSOL), o prefeito de Macapá, Clécio Luís (PSOL), e o governador, Camilo Capiberibe (PSB).

Os três anunciaram um



Pedro Franco/Agência Senado

pacto pela reconstrução de Macapá.

— O Amapá não é mais o mesmo, está em plena transformação, a sociedade exige participação e a população reivindica seus direitos — afirmou.

Para Capiberibe, os três líderes foram “forjados na militância política, associada à formação acadêmica”.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Governo quer avaliar impacto da cota de gratuidade no transporte rodoviário interestadual: dois assentos grátis e dois com desconto de 50%

Comissão adia para quarta-feira a votação do Estatuto da Juventude

APESAR DO ACORDO para que o Estatuto da Juventude fosse votado quarta-feira passada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), uma questão adiou a decisão para esta semana. O líder do PT, Wellington Dias (PI), informou que o governo quer avaliar o impacto da cota de gratuidade para jovens no transporte rodoviário interestadual. O texto (PLC 98/2011) assegura dois assentos grátis para estudantes carentes nas viagens interestaduais. Outros dois lugares deverão ser ofertados com desconto de 50%.

— O que está pegando, usando a linguagem jovem, é a interpretação da gratuidade. Foi solicitado um cálculo e o governo aguarda para ver o real impacto e se haverá compensação a setores — explicou.

O relator, Paulo Paim (PT-RS), disse que pretende manter as gratuidades. Há ainda o direito a 50% de desconto em cinemas e outros espetáculos culturais, de esporte e lazer.

Jovens preocupados

O presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), apoiou o adiamento da votação, mas fez um alerta.

— Vamos adiar por apenas uma semana, lembrando que os jovens estão preocupados, porque o projeto ainda voltará à Câmara — afirmou.

Paim cobrou compromisso para que a decisão na CAS não passe dessa semana e para que o projeto seja encaminhado ao Plenário com pedido de



Gratuidade em viagens interestaduais de ônibus motivou o adiamento devido a análise do governo, segundo Wellington Dias

urgência. Seriam apresentados no próprio Plenário os pareceres das duas comissões que ainda precisam se manifestar sobre o projeto: a de Direitos Humanos (CDH) e a de Educação e Cultura (CE).

O Estatuto da Juventude estabelece uma série de direitos para as pessoas de 15 a 29 anos e, apesar da necessidade de ajustes em pontos específicos, senadores mantêm a expectativa de aprovação nesta semana.

De acordo com Paim, outro ponto de divergência no projeto — a própria faixa etária a ser abrangida pelo estatuto — já foi resolvido. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República defendia uma faixa menor, de 18 a 29 anos, para evitar sobreposição com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que classifica como adolescentes as pessoas de 12 a 18 anos. Paim afirmou, no entanto, ter feito ajustes para manter a faixa de 15 a 29 anos sem criar problemas práticos.

Ajustes ampliam chances de acordo para aprovação

Wellington Dias ponderou que seria arriscada uma votação classificada por ele de “atropelada” do Estatuto da Juventude, pois o projeto poderia ser derrotado em Plenário. O líder do governo assinalou que ainda havia ressalvas a pontos do texto que interferem nas atividades das empresas de comunicação.

Quanto a esse setor de atividade, Paulo Paim explicou depois que já conseguiu um entendimento para a definição do texto. Haverá a previsão de uma “política de incentivo” para oferta de programas ao público juvenil no lugar de reserva de tempo da programação das emissoras, segundo informou o senador.

— Havia uma redação que

engessava a atividade, ao obrigar os meios de comunicação a ter programas que, segundo alguns, poderiam chegar a cinco horas diárias, inviabilizando o próprio sistema de comunicação — observou.

Sobre a aplicabilidade das normas em votação para a faixa etária entre 15 e 29 anos, havia a alegação de que a junção do Estatuto da Criança e do Adolescente com a faixa inicial do Estatuto da Juventude poderia até servir de argumento para os defensores da redução da idade penal, que se inicia aos 18 anos.

— Fizemos ajustes de tal forma que um estatuto não prejudicará o outro, os dois se completam — afirmou Paim.

Estatuto teve ampla participação da sociedade, diz Paim



Paulo Paim (PT-RS) anunciou que o Estatuto da Juventude deve ser aprovado quarta-feira na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde é relator. Ele ressaltou que o texto foi elaborado com ampla participação da sociedade.

— Com a aprovação, o Senado estará dando um grande passo rumo ao encontro com os jovens brasileiros — disse.

Paim traçou um histórico do movimento jovem desde 1901, quando estudantes protestaram contra o aumento das passagens dos bondes, passando pela criação da UNE e pelo movimento dos “caras-pintadas” na década de 90.

Ângela defende faixa de 15 a 29 anos para definir jovens



Ângela Portela (PT-RR) defendeu ontem a aprovação do Estatuto da Juventude com a definição da faixa de

15 a 29 anos. Para ela, essa faixa considera fatores como tempo de escolaridade e de formação profissional e tem fundamento na lei que criou a Secretaria Nacional de Juventude.

— Também está em conformidade com o uso comum na maioria dos países da América Latina e com a Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens — acrescentou, defendendo ainda a regulamentação da meia-entrada “como forma de complemento da formação cultural e intelectual”.

Vanessa Grazziotin apoia mobilização de estudantes



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) manifestou apoio a uma marcha de estudantes em Manaus, terça-

feira. De acordo com a senadora, eles se mobilizaram “de forma ordeira e pacífica” para pedir, “preventivamente”, ao prefeito de Manaus, Arthur Neto, que não aumente o preço das passagens de ônibus. Ela criticou o site da prefeitura, que apontou a filiação partidária de líderes estudantis ligados ao PCdoB e mencionou a presença de apenas 200 manifestantes, quando havia cerca de 4 mil, segundo a senadora. Vanessa lamentou que o prefeito não tenha recebido os estudantes.

Humberto Costa pede aprovação da MP do Pronatec



Humberto Costa (PT-PE) declarou apoio à MP 593/2012, que amplia o Programa Nacional de Acesso ao Ensino

Técnico e Emprego (Pronatec). Segundo ele, a MP permite que instituições privadas ofereçam as bolsas, antes limitadas às redes de ensino público e aos serviços de aprendizagem.

— Precisamos investir fortemente na formação dos trabalhadores. Isso vai trazer, além de produção mais competitiva, melhor qualidade de vida.

Humberto afirmou que o programa já beneficiou mais de 2,5 milhões de brasileiros desde a criação. Até 2014, a meta é atingir 8 milhões.

Projeto facilita a contratação de jovens

O acesso de jovens ao primeiro emprego poderá ser facilitado por uma nova modalidade de contrato de trabalho por prazo determinado proposta por Gim (PTB-DF). De acordo com o projeto (PLS 324/2012) — que poderá ser votado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na quarta-feira —, o contrato por prazo determinado para a admissão de jovens com idade de 16 e 24 anos que não tenham tido vínculos empregatícios anteriores incluirá a possibilidade, dentro do período de dois anos, de ser prorrogado sucessivamente, sem se transformar em um contrato por prazo indeterminado.

O projeto estabelece que as multas por rescisão antecipada ou pelo descumprimento das cláusulas serão estabelecidas pelas partes, não se aplicando as normas previstas na CLT para o rompimento antecipado do contrato de trabalho por tempo determinado.

O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), apresentou voto favorável à matéria, com emenda.

Adiada decisão sobre mudança na Lei de Drogas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado adiou votação de projeto que trata de três inovações no combate ao consumo de drogas: a internação compulsória do usuário, o apoio das Forças Armadas contra o tráfico e a ênfase da repressão nas fronteiras.

Apresentado em 2010 pelo ex-senador Demóstenes Torres, o texto (PLS 111/2010) prevê prisão para o usuário de droga. A relatora, Ana Amélia (PP-RS), defende um substitutivo que favorece o tratamento especializado para o usuário.

Humberto Costa (PT-PE) e Romero Jucá (PMDB-RR) alertaram para a necessidade de análise mais profunda do projeto e apresentaram pedido de vista coletiva do texto. O ponto polêmico da iniciativa é a reintrodução da pena de prisão para o consumidor de droga.

— A reintrodução rompe com a lógica da Lei de Drogas e representa o retorno a um modelo que já se mostrou incapaz de responder às necessidades de saúde dos usuários de drogas — disse a relatora.

Texto já aprovado pela comissão mista aumenta o auxílio a agricultores familiares do Nordeste. Repartição do FPE e criação de tribunais federais também devem ser debatidas

Em pauta, MP de auxílio para atingidos pela seca

AS NOVAS REGRAS de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), a criação de tribunais federais e a concessão de auxílio para regiões atingidas pela seca devem dominar os debates no Plenário do Senado nesta semana.

O primeiro item a ser discutido é o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 3/2013, que libera recursos para agricultores atingidos pela seca. Oriundo da Medida Provisória

(MP) 587/2012, o PLV tranca a pauta do Senado.

A medida concede um pagamento adicional aos beneficiários do Fundo Garantia-Safra e do Auxílio Emergencial Financeiro pela quebra da safra 2011-2012. O benefício vale para os agricultores familiares de municípios atingidos pela seca na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

O PLV incorpora um aumento desse pagamentos

adicionais dado por meio da MP 603/2013, de janeiro deste ano. Inicialmente, a MP 587 previa adicionais de R\$ 280 no caso do fundo e de R\$ 160 para o auxílio. Os novos valores passam a ser de R\$ 560 (fundo) e R\$ 320 (auxílio).

Com isso, os agricultores receberão R\$ 1.240, se participantes do Garantia-Safra, ou R\$ 720, se contemplados pelo Auxílio Emergencial. Os valores normais são, respectivamente, R\$ 680 e R\$ 400.



Seca prolongada fez vários municípios nordestinos decretarem emergência e motivou governo a ampliar auxílio financeiro

Senadores aguardam ações do governo

Senadores do Nordeste manifestaram expectativa de que a presença da presidente Dilma na reunião da Sudene, marcada para amanhã, em Fortaleza, seja a oportunidade para o lançamento de medidas concretas contra os efeitos da seca na região. Eles esperam que o presidente da Casa, Renan Calheiros, lidere o diálogo com o governo em apoio aos estados. Também criticaram

a burocracia que dificulta o socorro às vítimas da estiagem.

Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), Dilma tem sido muito sensível ao “dilema social” vivido pelo Nordeste. Ele acrescentou, no entanto, que a seca segue “liquidando a economia rural” pelo segundo ano seguido. Walter Pinheiro (PT-BA) citou a sugestão que apresentou ao Ministério da Agricultura para que um navio

leve milho de Paranaguá (PR) ao Nordeste. Eunício Oliveira (PMDB-CE) afirmou que há “vidas humanas a salvar” que não podem esperar licitações.

José Pimentel (PT-CE) reforçou o pedido a Renan para que ele se reúna com Dilma a fim de apresentar reivindicações dos estados do Nordeste e discutir o conjunto de medidas de combate aos efeitos da seca, a ser anunciado em Fortaleza.

Eunício pede a Dilma perdão das dívidas de agricultores na seca

O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), pediu que a presidente Dilma Rousseff perdoe as dívidas dos agricultores



Pedro França/Agência Senado

nordestinos afetados pela seca. Dilma, informou ele, anunciará amanhã, no Ceará, um pacote de ações emergenciais para socorrer as áreas mais atingidas pela estiagem.

Outras demandas dos estados, disse o senador, são a garantia de verba para a compra de água e ração animal e distribuição de milho aos agricultores para garantir alimentação do rebanho. Eunício pediu também crédito especial para os agricultores.

Lídice cobra política de estímulo à cultura do cacau na Bahia

Lídice da Mata (PSB-BA) saudou o Dia do Cacau, comemorado em 26 de março, e cobrou mecanismos que protejam os produtores baianos da cultura cacauzeira, que se encontra em processo de recuperação após destruição pelo fungo vassoura-de-bruxa, nos anos de 90.

A senadora disse que os produtores baianos reivindicam uma política para o uso de novas tecnologias e extensão rural; um Plano Safra voltado ao setor, com a inclusão do cacau na política do preço mínimo; e a regulamentação da taxa de importação para o cacau e derivados.



Pedro França/Agência Senado

Requião adverte para “megaescândalo” em leilão de blocos da ANP

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que o debate sobre royalties do petróleo serve como “cortina de fumaça” que encobre o 11º leilão de blocos da Agência Nacional do Petróleo (ANP), em maio. Ele advertiu que o governo “vai entregar ao mercado” mais de duas vezes o potencial de reservas atuais e criticou setores da mídia e da oposição por centrarem esforços contra supostas irregularidades na Petrobras.

— Não ouço das irmãs siamesas, oposição e mídia, nenhum pio. Calam-se diante desse megaescândalo que se anuncia — afirmou.



Pedro França/Agência Senado

Raupp elogia plano de investimento em inovação tecnológica

Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou o Plano Inova Empresa do governo federal. Ele lembrou que, em tempos de competição desenfreada, “não há chances de disputar espaço no inóspito mercado internacional” sem investimento em ciência, pesquisa e tecnologia.

O senador ressaltou o investimento de R\$ 33 bilhões em diversas áreas, a empresas de todos os tamanhos, que terão 12 anos para pagar o empréstimo.

— O Inova Empresa representa uma oportunidade espetacular para o desenvolvimento das empresas — afirmou.



Pedro França/Agência Senado

Sérgio Souza defende criação de tribunais regionais federais

Sérgio Souza (PMDB-PR) voltou a cobrar a criação de tribunais regionais federais (TRFs) para permitir o acesso de todos os cidadãos à Justiça, especialmente os que vivem longe das capitais. Segundo ele, “são muitos os casos em que as dificuldades de mobilidade desestimulam o indivíduo a procurar por seus direitos”.

— É por isso que defendo a descentralização da Justiça.

A frente parlamentar pela aprovação da PEC 544/2002 (que aguarda votação dos deputados), da qual Souza é membro, realizará ato público amanhã na CCJ da Câmara.



Pedro França/Agência Senado

Pinheiro quer votação de novas regras do FPE nesta semana

A discussão e a votação do substitutivo do senador Walter Pinheiro (PT-BA) a oito projetos de lei sobre as novas regras de repartição do FPE também devem exigir a atenção dos senadores.

Com validade até 2017, os novos critérios do FPE, pela proposta de Pinheiro, devem assegurar a cada unidade federativa um piso igual aos valores atualmente distribuídos. Se houver sobra, depois de feita a distribuição com base no piso, os recursos poderão ser repartidos de acordo com dois critérios: população e inverso da renda per capita.

O adiamento da discussão

da matéria, que estava prevista para terça-feira passada, teve o apoio de Walter Pinheiro, que se mostrou favorável ao prosseguimento das negociações para a aprovação do substitutivo. Ele ponderou, no entanto, que o esforço não pode passar desta semana.

— Só assim teremos o tempo suficiente para que a matéria chegue à Câmara e seja aprovada, já que o prazo que nós temos se encerra no final de maio. É uma matéria complexa, envolve interesses das 27 unidades e, portanto, requer um nível cada vez maior na busca desse entendimento — disse o senador.

Plenário discute três PECs que criam tribunais federais

Outro assunto que estará em debate é a criação de mais tribunais regionais federais (TRFs). A pauta do Plenário inclui as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) 86/2011, que cria um tribunal federal em Manaus, e 42/2012, que cria um tribunal federal em Curitiba. Outra proposta (PEC 46/2012) cria um tribunal federal em Belém. A pauta ainda traz a PEC 61/2012, que cria um tribunal federal com sede na cidade de Fortaleza.

Na quarta-feira, Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu a criação dos tribunais. Ele é o coordenador, no Senado, da frente parlamentar pela aprovação da PEC 544/2002, que cria TRFs no Paraná, na Bahia, no Ceará, em Minas Gerais e no Amazonas. Souza também é autor da PEC 42/2012.

No entanto, outros senadores, como Pedro Taques (PDT-MT) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), consideram que a criação de tribunais federais só poderia ser proposta por projeto de lei de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça.

Sérgio Souza, por sua vez, argumentou que a PEC não é inconstitucional porque altera um dispositivo (o artigo 27) do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que trata de tribunais regionais federais.

Eunício Oliveira (PMDB-CE) também é a favor da criação de novos tribunais. Convencido de que a população será beneficiada, Eunício disse esperar que o Plenário conclua logo a votação de PECs que criam tribunais federais.